



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO

18/04/2023 - 2ª - Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.)
- Bom dia a todas e a todos. Cumprimento especialmente os Senadores membros desta Comissão - a Senadora Augusta Brito, o Senador Izalci - e todo o corpo de assessores aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião desta Comissão, realizada em 28 de março de 2023. *(Pausa.)*

Dispensada.

A presente reunião tem por finalidade a discussão e deliberação do plano de trabalho da Comissão Temporária para avaliação do Ensino Médio, tendo como referência o Requerimento nº 5, da Comissão de Educação, de minha autoria.

Eu vou passar à leitura do plano, Senadora Augusta e Senador Izalci. Havendo qualquer destaque, os senhores vão anotando, e ao final a gente discute o destaque.

Faço referência a um pensamento de um educador, um professor militante, aposentado aqui do Senado, o Prof. João Antônio Cabral de Monlevade, que foi Consultor aqui do Senado durante muito tempo. Ele diz o seguinte: "O verdadeiro sentido de ensino médio não é o de estar entre o fundamental e o superior, mas de ser uma mediação, uma ponte efetiva entre a escola e a sociedade, entre o crescer e o ser adulto, entre o sonhar, o querer e o Ser". Que isso referencie os nossos trabalhos e as nossas decisões aqui nesta Comissão.

Introdução.

Este plano de trabalho visa balizar o funcionamento da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas (CEEnsino), aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, no dia 21 de março de 2023, por meio do Requerimento nº 5, de 2023.

Tal discussão é urgente, pois nos parece que a chamada "Reforma do Ensino Médio", instituída pela Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, não tem o condão, em sua conformação concreta, de aperfeiçoar, em cada escola, práticas pedagógicas e abordagens interdisciplinares que articulem teoria e prática, com currículos integrais e integrados, a diferentes áreas de conhecimentos, entre outras dimensões de melhoria necessárias a essa etapa da educação básica. Afinal, além de um processo inaugural questionável, de uma coordenação nacional precária, das críticas não consideradas e assimiladas e das enormes dificuldades dos dirigentes nos Estados, tivemos um longo período sem aulas decorrente dos efeitos da pandemia. Não há clareza, adicione-se, acerca dos impactos das mudanças sobre a formação e sobre o trabalho docente e sobre as condições de infraestrutura das escolas para implementar o modelo.

De forma diligente, o Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 399, de 8 de março de 2023, instituiu consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio, iniciativa que seguirá seu percurso, por meio de audiências públicas, oficinas de trabalho e seminários e pesquisas, e será objeto de atenção e do esforço colaborativo desta Subcomissão.

Compete à Comissão de Educação, portanto, dar voz e espaço para que os diferentes atores do cenário educacional brasileiro manifestem suas concepções, com vistas não somente a estabelecer a crítica necessária à Reforma ora em curso, mas também a apontar caminhos e possibilidades de atuação tempestiva, articulada e responsável, no sentido de colaborar com importantes recomendações para o aperfeiçoamento do ensino médio em nosso país.

A CEEnsino, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes, terá prazo de 180 dias.

2. Objetivos

São objetivos da Subcomissão Temporária:

- identificar as principais lacunas e limites estruturantes da chamada “Reforma do Ensino Médio”, instituída por meio da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017;
- avaliar o impacto das mudanças em carga horária, currículo, infraestrutura, parâmetros de atuação de professores, organização das instituições formadoras e exames nacionais e como podem impactar, a curto, médio e longo prazos, a qualidade da oferta educacional universal para essa etapa da educação básica obrigatória, em suas diferentes modalidades e ofertas;
- mapear os riscos envolvidos na manutenção do atual cronograma de implementação da reforma, reconhecendo as dificuldades envolvidas, inclusive em relação ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem);
- relacionar a universalidade do acesso e o direito subjetivo à educação à redução das desigualdades sociais, econômicas, tecnológicas e culturais ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento territorial.
- pontuar caminhos e perspectivas para a construção de alternativas adequadas e emancipadoras e as correspondentes normatizações estruturais e organizadoras para o ensino médio, na perspectiva da superação de concepções tecnicistas e meramente propedêuticas;
- recolher subsídios para incidir sobre a elaboração legislativa de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Plano Nacional de Educação;
- orientar a cooperação federativa e a colaboração entre sistemas de ensino na oferta universal do ensino médio.

3. Metodologia.

O trabalho será realizado primordialmente por meio de audiências públicas. Além desses eventos, propomos a realização de análise de documentação e de estudos sobre o ensino médio, bem como pesquisa de opinião pública sobre a percepção dos “desafios e perspectivas para o ensino médio”, a ser solicitada ao Instituto DataSenado. A subcomissão poderá se servir também da realização de reuniões técnicas no desenvolvimento dos trabalhos, além dos insumos decorrentes do desenvolvimento dos trabalhos da Consulta Pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de ensino médio, de que trata a Portaria nº 399, do MEC, de 8 de março de 2023.

Em adição, sugerimos visitas de Parlamentares a escolas públicas de ensino médio, que facilitem a identificação dos limites e das perspectivas resultantes da implementação, contrastando situações consideradas satisfatórias daquelas consideradas críticas, em cada sistema visitado, nas cinco regiões do País, com calendário a ser definido pela subcomissão.

4. Plano de audiências públicas.

Sugerimos a realização de sete audiências públicas, em data a ser acordada entre os participantes da CEEnsino, com a presença, a princípio, dos seguintes convidados e convidadas:

Primeira audiência pública (26 de abril): representante do MEC; representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Segunda audiência pública (03 de maio): representante do Conselho Nacional de Educação (CNE); representante do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede); representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); representante da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae).

Terceira audiência pública (17 de maio): representante do Movimento Todos pela Educação; representante do Movimento pela Base; representante da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC); representante de Confederações de Empresários e de Sistemas Nacionais de Aprendizagem; representante do Observatório do Ensino Médio.

Quarta audiência pública (31 de maio): representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes); representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee); representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Quinta audiência pública (14 de junho): representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes); representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); representante da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem); representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes).

Sexta audiência pública (29 de junho): representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE); representante do Ministério do Trabalho e Emprego; representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Sétima audiência pública, 12 de julho: representante da Secretaria de Articulação institucional com os Sistema de Ensino (Sase-MEC); representante do Fórum Nacional de Educação; representante do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve); e representante do DataSenado.

Ponto 5, o cronograma geral.

Em abril, maio, junho e julho, realização das audiências públicas dos estudos da pesquisa, bem como das eventuais visitas técnicas; em julho de 2023, elaboração do relatório; em agosto de 2023, apreciação do relatório na Subcomissão.

Em discussão o plano de trabalho.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) - Presidente, primeiro quero dizer da importância desta Subcomissão. Nós temos uma realidade triste dos nossos jovens, pois pouco mais de 20% - nem chegamos ainda a 20% - estão no ensino superior. Os demais, 78%, 79%, estão fora da escola.

O objetivo e o maior problema que nós temos hoje é exatamente oferecer ao mercado mão de obra qualificada. Nós temos hoje, na área de tecnologia, 700 mil cargos que não têm pessoal qualificado para ocupar. Isso a gente percebe que não é só na tecnologia; em vários segmentos nós não temos, de fato, a mão de obra qualificada. Muitas empresas estão elas mesmas formando os seus funcionários, e não está fácil, porque a competição hoje é global. Entre os poucos funcionários que temos hoje, de qualidade, há uma competição no mercado internacional. Então, hoje se faz pela internet, disputa-se o mercado em dólar, o que agora talvez mude, mas até hoje vai ser em dólar ainda.

Mas eu vejo assim: a gente precisa ter uma participação maior aqui do setor empresarial, para o Senado, os Senadores saberem o que está lá na ponta, no mundo real, e o mundo real exige realmente uma discussão maior.

Então, aqui, na primeira audiência pública, quando se fala em representante das confederações de empresários, talvez tenha que se aumentar isso, porque a gente precisa pegar a CNI. Na prática, o principal aqui não é nem a CNI; é trazer o Senai, o Senac, o Senat, as empresas de tecnologia na área de comunicação, uma série de atividades empresariais que estão cobrando realmente essa ação nossa do ensino médio.

É evidente que a responsabilidade do ensino médio sempre foi da área de governo, no governo estadual. No Brasil é assim.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - É.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Quer dizer, a gente começa a construir a educação pelo telhado. O mais forte, que é a União, que tem mais recursos, cuida do ensino superior; depois, o estado, do ensino médio; e acaba sobrando para os municípios, que normalmente não têm recursos para construir a base, que é o principal, que é a educação infantil.

Então, eu acho que falta aqui também uma representação maior da questão do empreendedorismo, das *startups*, para a gente entender um pouco, porque, na formação do ensino médio, a gente precisa incentivar, nas escolas, a questão do empreendedorismo. Aí nós temos hoje instituições ligadas às *startups* que talvez fosse interessante incluir, para a gente ter uma visão do que está acontecendo de fato lá no mundo real.

Eu fui o Presidente desta Comissão, mas antes da votação da medida provisória, esse tema já foi debatido - era debatido há mais de 15 anos na Câmara, quando fui Deputado.

Então é óbvio que o objetivo da lei é que a União incentivasse e promovesse inclusive a educação integral. Nós tínhamos aqui no nosso currículo do DF, por exemplo, 19 disciplinas, que eram dadas de certa forma superficial. Matemática - V. Exa. sabe mais do que eu, não é? -, no final do ano do ensino médio; 5%, 6%, 7% é que conseguem absorver o conhecimento necessário. Português; 10%, 11%.

Então, de fato, o objetivo aqui era estimular as escolas e os governos a implementarem, com o apoio do Governo Federal... Inclusive tinham recurso por aluno para as escolas que adotassem o novo ensino médio. Alguns estados já implantaram, estão implantando e acredito que vai continuar da mesma forma.

Mas é muito importante a gente ter aqui muita participação do setor empresarial. Eu não falo setor produtivo, porque a universidade uma vez me chamou atenção: "Izalci, nós também somos produtivos".

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - É verdade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Então o setor empresarial precisa estar bem presente aqui. Eu não sei como a gente pode sugerir...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Eu posso dar o seguinte encaminhamento, Senador: o senhor propõe as entidades e a gente vê em qual audiência que ficam mais adequadas. Eu acho que os senhores perceberam que a gente está fazendo por blocos, para se ter uma audiência pública que não seja simplesmente de confronto, que seja uma audiência pública de exposição mesmo da leitura, da vivência de cada setor. E depois nós faremos a síntese, evidentemente.

Então o senhor pode aditar: diga quais são as entidades e a gente vê, em acordo com o senhor, evidentemente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Ninguém quer conflito. É só porque a formação vem da necessidade, e a necessidade está no mercado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Claro, não há problema algum. Não há problema algum nem de a gente aprovar o plano como ele está, com os aditamentos feitos agora, nem de também, ao longo do desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, a gente ir adaptando. Este não é um plano fechado, é um plano que também vai sofrer impactos da conjuntura, do contexto, do próprio processo de discussão. Então não há problema algum.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Agora uma questão: eu tive a oportunidade - e V. Exa. também é especialista no tema - de ser Secretário de Ciência e Tecnologia e trouxe a educação profissional para essa secretaria. E eu não tenho nenhuma dúvida de que, para dar a formação profissional, o profissional, o professor tem que estar no mercado, não tem jeito. Não adianta botar um enfermeiro dando aula, sem ele nunca ter entrado num hospital, e muito menos treinar um professor de geografia e história para dar educação profissional.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Então esse é o principal... Eu vejo assim: se a gente quer, de fato, um aluno com formação profissional, que saia com uma profissão realmente, a gente precisa não só investir na qualificação, mas também na infraestrutura de fato. Nós não temos laboratórios praticamente, a não ser nos institutos federais e em algumas escolas técnicas, mas esse é um dos gargalos que nós temos, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Por isso que nós estamos botando, além das entidades governamentais da União - o MEC está bem representado na primeira e na última audiências públicas -, os representantes governamentais dos estados e dos municípios, não é? Nós estamos também com essa mesma preocupação das entidades que analisam a formação, das entidades que formulam políticas de formação: como é essa relação da formação docente para o exercício profissional, claro com referencial da valorização.

Então, o senhor pode mandar. A gente fica acertado assim, e a gente vê com a assessoria onde é que a gente pode integrar os seus aditamentos. Está bem?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Senadora Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) - Bom dia! Bom dia aqui à nossa Senadora Teresa, bom dia à imprensa e aos assessores aqui da Comissão!

Primeiro, eu quero parabenizar a formação dessa Subcomissão e por ver esse plano de trabalho aqui bem formulado realmente com a grande preocupação, que é ouvir com as audiências públicas. Eu acho que é dessa forma que a gente vai poder contribuir junto desta Subcomissão e também com as ponderações do nosso Senador. Que gente possa ampliar essa discussão!

A minha preocupação ou minha pergunta é exatamente porque, dentro das audiências que vão acontecendo, pode surgir dali a necessidade de a gente incluir outras pessoas, outras entidades nas próximas audiências que não sejam fechadas. E aí V. Exa. já explicou que não é. Então, eu sou totalmente de acordo com o plano de trabalho para que a gente possa ouvir realmente o máximo que pudermos e, ao final, termos um relatório em que a gente possa propor, eu diria, com maior legitimidade, porque será através dessas audiências públicas que a gente vai discutir, ouvir e perceber qual será a melhor

forma realmente de se fazer com que a gente esteja falando não só por nós, por nossa percepção individual, mas sim pelo que vai ser construído coletivamente através da Subcomissão.

Então, eu sou totalmente favorável.

Eu posso também ver algumas questões que eu fiquei pensando aqui de sugerir para depois demandar pessoas para participarem, entidades aqui das audiências, se assim não for atrapalhar - lógico, obviamente, não é? -, porque já foi bem formulado o que eu vi aqui no plano de trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - De forma nenhuma, Senadora. Eu tenho certeza de que o perfil, a responsabilidade e o compromisso de todos os membros desta Subcomissão é pela construção coletiva, aprimorar. É uma proposta de plano que pode ser vivenciada tal qual e pode ir sendo aprimorada, alterada ao longo do trabalho, porque nós temos inclusive diálogos com outras audiências públicas.

Nós aprovamos na CAE, semana passada, um roteiro de audiências que têm comunicação com o ensino médio. Acho que uma é de autoria de V. Exa., a que trata da concepção de educação integral. Há outra de autoria da Senadora Damares que trata da Meta 7. Enfim, existe a discussão do Plano Nacional de Educação, que vai chegar também este ano. Então, acho que é uma Comissão que tem tudo para ser também foco e ponto de apoio de vários outros debates que têm relação com o ensino médio do jeito que a gente quer que ele seja: proativo, emancipador, que forme para o mundo do trabalho e que também dê condições aos nossos jovens da escola pública de igualdade de condições para o ingresso no ensino superior. Acho que essa é uma tarefa que nos une.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Só tenho uma dúvida aqui. Eu não tomei conhecimento, não sei se V. Exa. está a par de tudo que está acontecendo. Sobre essa questão da consulta pública, já existe alguma... Eu não vi nem a consulta. Como foi feito?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Da nossa parte, vai haver uma reunião técnica com o DataSenado para ver se essa sugestão tem eficácia, de acordo com os procedimentos aqui, mas na consulta pública do MEC, que foi instituída pela portaria, foi criada uma comissão, um grupo de trabalho, formado por secretarias do próprio MEC, o Fórum Nacional, o Consed e a Undime, para elaborar e coordenar a consulta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Ah, sim. Não deu início ainda...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Acho que vai dar início nos próximos dias, porque o fórum foi instalado, o Fórum Nacional de Educação foi recomposto e vai ser instalado quarta-feira, em uma sessão lá no MEC, com a presença do Ministro e tudo mais. Eu acho que depois disso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Se V. Exa., que acompanha mais de perto o ministério, puder trazer para nós aqui na Comissão de Educação...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - É importante a gente acompanhar, inclusive sugerir, às vezes estão elaborando a consulta, e a gente pode ajudar com alguns quesitos.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Pois não, para também não haver contraposição com o que a gente quer fazer. Muito bem lembrado, Senador. Farei isso, sem sombra de dúvida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Ótimo. Está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Então, coloco em discussão o plano de trabalho, com os destaques, feitos pelos Senadores, de possibilidade de acréscimo de entidades a serem ouvidas. *(Pausa.)*

Declaro o plano de trabalho aprovado, sem precisar de votação.

Temos uma pendência para resolver, já conversei com os Senadores, que é a relatoria. Nós faremos umas conversas para poder apresentar um nome também do nosso acordo, para que tenhamos um bom relatório e uma boa contribuição.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - Já quero manifestar que, se a Professora Dorinha Seabra fez a reivindicação, eu quero já declarar meu apoio total à relatoria dela.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Pronto, Senador. Ela está chegando. O que me disseram é que ela está chegando. Vamos considerar que a Senadora Dorinha está presente.

Realmente, ela me fez essa solicitação. Eu conversei com alguns Senadores e acho que é um nome também muito bom, com muita experiência, tanto na prática de gestão - a Senadora foi também Secretária de Educação...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) - É. Eu vou subscrever o requerimento dela, se houver requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... quanto na questão do seu exercício parlamentar na Câmara dos Deputados, sempre muito atenta a essas pautas. Eu acho que é de bom tamanho, de bom alvitre que a gente também, por consenso, aclame o nome da Senadora Dorinha como a nossa Relatora.

Agradeço à Senadora Augusta Brito, agradeço ao Senador Izalci.

Colocando já como aprovado o nosso plano e não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a nossa reunião, convocando a próxima para o dia 26 de abril, quando teremos a nossa primeira audiência pública.

Muito obrigada.

Tenham todos uma boa semana de trabalho!

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 47 minutos.)